

Agroecologia, consumo sustentável e aprendizado coletivo no Brasil

Fernando Passos dos Santos

Leila Chalub-Martins

Universidade de Brasília

Resumo

O que acontece quando consumidores e produtores agroecológicos adotam uma prática econômica alternativa ao consumo convencional? O presente artigo analisa e qualifica as comunidades aprendentes existentes no âmbito desse tipo de prática econômica. O estudo de caso do grupo de consumo coletivo de produtos agroecológicos *Trocas Verdes*, situado em Campinas (SP), no contexto da agricultura familiar no Brasil, mostrou que as trocas econômicas são também trocas de saberes. Além disso, tais trocas constituem uma práxis em educação ambiental. As três dimensões da sustentabilidade – econômica, social e ambiental – são as categorias de análise utilizadas para determinar o potencial pedagógico existente na articulação de uma prática de consumo coletivo. A partir da metodologia da pesquisa participante, observou-se que, na venda direta de produtos agroecológicos a grupos de consumidores organizados de forma autônoma ou que funcionam em regime de autogestão, essa prática econômica também caracteriza um processo de educação ambiental crítica, pois possibilita que se apreenda coletivamente a realidade socioeconômica dos atores envolvidos. As dinâmicas socioeconômicas são objeto de aprendizado dos consumidores e pesquisadores atuantes nas compras e, assim, conclui-se que esse tipo de prática promove um aprendizado coletivo. O presente estudo confirma que um importante fator para a existência de comunidades aprendentes é a autogestão da organização social.

Palavras-chave

Agroecologia – Consumismo – Educação ambiental – Sustentabilidade – Comunidade de aprendizagem.

Correspondência:

Fernando Passos dos Santos

Universidade de Brasília

Centro de Desenvolvimento Sustentável

Campus Universitário Darcy Ribeiro

Gleba A, Bloco C - Av. L3 Norte,

70904-970 - Brasília-DF

fernandoagendaambiental@gmail.com

Agroecology, sustainable consumption and collective learning in Brazil

Fernando Passos dos Santos

Leila Chalub-Martins

University of Brasilia

Abstract

What happens when consumers and agro-ecological producers adopt an economic practice alternative to conventional consumption? This article characterizes and analyzes the learning communities which exist within this type of economic practice. The case study of Trocas Verdes (Green Exchange), – a group of collective consumption of agro-ecological products, located in Campinas (SP) – in the context of family farming in Brazil, has shown that economic exchanges are also exchanges of knowledge. Moreover, these exchanges constitute a praxis in environmental education. To determine the educational potential which exists in the articulation of a practice of collective consumption, we have used the three dimensions of sustainability – economic, social and environmental – as categories of analysis. Based on the participatory research methodology, we have observed that in the direct sale of agro-ecological products to groups of consumers that are organized independently or self-managed, this economic practice also characterizes a process of critical environmental education, because it allows learning collectively the socioeconomic reality of the actors involved. The socio-economic dynamics are learnt by the consumers and researchers working in the trade, and thus it is possible to conclude that this practice promotes collective learning. This study confirms that an important factor for the existence of learning communities is the self-management of social organizations.

Keywords

Agroecology – Consumerism – Environmental education – Sustainability – Learning community

Contact:

Fernando Passos dos Santos

Universidade de Brasília

Centro de Desenvolvimento Sustentável

Campus Universitário Darcy Ribeiro

Gleba A, Bloco C - Av. L3 Norte

70904-970 - Brasília/DF

fernandoagendaambiental@gmail.com

Embora a agroecologia e o consumo sustentável estejam diretamente relacionados, o simples ato de consumir produtos agroecológicos não garante que o consumo seja sustentável, assim como o consumo sustentável não basta para que se estabeleçam processos de aprendizado coletivo em tal atividade econômica. Em um grupo de compras coletivas, fenômeno estudado neste artigo, verificou-se que a postura política e a prática da alteridade no ato do consumo são condições favoráveis para a existência de um aprendizado coletivo.

A formação de grupos de consumo sustentável dá-se a partir de relações comerciais entre consumidores que passam a lidar diretamente com os produtores do que consomem e produtores agroecológicos que inovam no sentido da venda direta de seus produtos.

Existem, no Brasil, algumas experiências de coletivos que propõem diferentes formas de praticar o consumo. Na circunstância apresentada aqui – a venda direta dos produtos agroecológicos a grupos de consumidores organizados de forma autônoma ou que funcionam em regime de autogestão –, verificou-se que esse tipo de prática econômica também caracteriza um processo de educação ambiental. Tal processo ocorre especificamente quando a prática social contribui para a construção de conhecimento por meio da vivência dos saberes ligados à agroecologia, em processos de autoformação de coletivos ou comunidades.

O que se considera sustentável na atividade apresenta três dimensões (SACHS, 2002, 2004), aqui utilizadas como categorias de análise do argumento proposto. São elas: primeiro, a viabilidade econômica, ou seja, em que medida a atividade tende a estabelecer-se no decorrer do tempo a partir do sucesso em atingir seus objetivos, como a aquisição de alimentos orgânicos, entre outros; segundo, a relação comercial incluyente, que promove equidade social e trabalho digno, e na qual se destaca a alteridade (ARRUDA, 1999) presente na relação entre consumidor

e produtor; terceiro, a responsabilidade ambiental como princípio e valor da atividade produtiva.

Então, o que acontece quando consumidores e produtores agroecológicos propõem um arranjo comercial alternativo ao consumo convencional? Este artigo procura responder à hipótese da existência de comunidades aprendentes no âmbito desse tipo de prática econômica. O estudo de caso do grupo de consumo coletivo de produtos agroecológicos *Trocas Verdes*, situado em Campinas (SP), mostrou que as trocas econômicas são também trocas de saberes.

É possível qualificar essas trocas como uma práxis em educação ambiental crítica, sendo o termo práxis aqui utilizado para descrever um movimento recursivo que vai da ideia à ação, e desta a novas reflexões, ou seja, um mecanismo virtuoso de construção de conhecimento (FREIRE, 1996). A educação promovida pela prática do referido coletivo tem respaldo nos princípios que direcionam a agroecologia (ALTIERI, 1989), os quais serão caracterizados adiante. Assim, ela é considerada uma educação ambiental também porque permite a leitura do mundo do ponto de vista ambiental, por meio de sensibilidades afetivas e capacidades cognitivas (CARVALHO, 2004). A postura do grupo ao procurar entender como se dá o impacto do consumo nos ecossistemas a fim de transformá-lo tem sustentação na visão de mundo que se pretende construir. Tal prática considera importante que o ato pedagógico tenha o objetivo de problematizar o contexto socioambiental em que a sociedade está inserida. São avanços epistemológicos nesse sentido: a educação popular (FREIRE, 2007; BRANDÃO, 1982), a ecopedagogia (GADOTTI, 2000), a justiça ambiental (LAYRARGUES, 2009) e a emancipação dos sujeitos (LOUREIRO, 2009).

A partir de uma pesquisa participante (BRANDÃO, 1985, 1986) realizada junto ao grupo, conclui-se que um fator que contribui para a sustentabilidade da iniciativa do grupo estudado é sua autogestão, que promove equidade social e é um importante fator para a exis-

tência de uma comunidade aprendente. Esse é um tipo de pesquisa prática que, segundo Pedro Demo (2000), “é ligada à práxis, ou seja, à prática histórica em termos de usar conhecimento científico para fins explícitos de intervenção; nesse sentido, não esconde sua ideologia” (p. 21). Existe, portanto, um componente político permeando a experiência e a pesquisa, fator importante de um processo que tem por perspectiva a intervenção na realidade social.

A autogestão é a administração coletiva de um empreendimento, seja este um grupo de compras coletivas ou uma empresa cooperativa. A utilização mais recorrente da palavra é proveniente de situações em que os trabalhadores assumem a administração dos empreendimentos quando estes entram em processo de falência. Segundo Paulo Peixoto de Albuquerque (2003),

o termo autogestão [...] acompanha o de cooperativismo, constituindo-se no cerne de sua proposta, que é a democratização das práticas sociais [...], um poder compartilhado que garante a autonomia de um coletivo. É um conceito ambíguo e multidimensional abarcando a dimensão social, voltada a ações em benefício do grupo envolvido; a econômica, referente à precedência do trabalho sobre o capital; a política, a partir de princípios e formas de representação que garantam o poder compartilhado, e a técnica, que se refere à possibilidade de outras formas de organização e divisão do trabalho. (p. 22)

De acordo com Maurício Sardá de Faria, Renato Dagnino e Henrique Tahan Novaes (2008), a autogestão surge da “transformação das condições de trabalho [que] demanda outra direção social e política, como fruto do próprio processo de auto-organização” (p. 124).

Ainda existe muito a ser aprofundado sobre tal objeto de pesquisa no Brasil. Neste estudo, observou-se que uma proposta metodológica adequada para maiores contribuições sobre o

tema seja composta de elementos da etnografia crítica (MACEDO, 2006). Como principais técnicas para a busca da densidade singular desse tipo de proposta (consumo sustentável a partir de coletivos autogeridos), citamos a elaboração de entrevistas, grupos focais, descrições detalhadas *in situ* e o uso de imagens e audiovisual.

Agroecologia

As práticas alternativas ao modelo de agricultura industrial característico da chamada *revolução verde* constituem o campo científico da agroecologia. Após a “disseminação dos conhecimentos da química agrícola, a partir do século XIX” (ASSIS, 2006, p. 76), a agricultura tradicional teve sua lógica modificada, passando, de maneira geral, a considerar não ser necessário seguir regras ecológicas.

As regras ecológicas básicas de gestão da natureza passaram a ser vistas como desnecessárias à prática agrícola por se considerar que o caráter ambientalmente agressivo da então chamada agricultura moderna era um mal necessário, que podia ser moderado com algumas práticas conservacionistas. (p. 76)

A lógica industrial chega à agricultura com as práticas extensionistas de disseminação do pacote tecnológico conhecido por *revolução verde*, que consiste em maximizar a produtividade agrícola com o uso de insumos externos ao agroecossistema, criando encadeamentos econômicos no setor da agroindústria por meio do fomento ao mercado de agrotóxicos, fertilizantes solúveis, engenharia de máquinas e de veículos agrícolas e bioengenharia genética (ABRAMOVAY, 1994). É importante também destacar o papel fundamental de dois principais interessados nesse imenso mercado internacional: o setor financeiro, que desenvolveu linhas de crédito específicas, e as empresas multinacionais que desenvolveram tais tecnologias.

Como alternativa à disseminação das tecnologias que degradam os ecossistemas, a agroecologia corresponde a um amplo conjunto de arranjos produtivos socioeconômicos recentes ou tradicionais. A produção agrícola nesses contextos é obtida com o uso predominante de recursos endógenos, que proporcionam baixo impacto ambiental e reduzido custo energético, contando com tecnologias locais desenvolvidas a partir de adaptações e arranjos evolutivos únicos e diversificados (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 1998). O termo agroecologia substituiu a noção de agricultura alternativa, ao incorporar ideias ambientais e sociais que vão além das técnicas agrícolas (ALMEIDA, 2004). E, assim contextualizando-as, valoriza-se tanto o conhecimento científico atual, quanto a diversidade social dos agroecossistemas tradicionais, pois

por séculos, agricultores tradicionais têm desenvolvido sistemas agrícolas diversos e localmente adaptados, manejando-os com práticas indígenas que sempre garantiram tanto a segurança alimentar como a conservação da biodiversidade. A estratégia de minimizar riscos garante as colheitas, promove uma variedade nutricional e maximiza o retorno do trabalho, mesmo usando tecnologias simples e recursos limitados. Esse microcosmo de herança cultural agrária ainda cobre pelo menos 10 milhões de hectares em todo o mundo, promovendo serviços ecológicos e culturais não apenas à população rural, mas à humanidade como um todo. (ALTIERI, 2004, p. 35, tradução nossa)

Conhecimentos tradicionais e científicos são objeto de pesquisas em várias áreas do conhecimento, como estudos antropológicos, sociológicos, econômicos, biológicos e agrônômicos com fins específicos no interior dos contextos agroecossistêmicos possíveis. Tais estudos são favorecidos por constantes inter-retroações, no sentido dado por Edgar Morin (2006), entre os saberes empíricos e técnicos.

Dentre essas interações, destacam-se os estudos interdisciplinares, que buscam abordar o caráter complexo desses sistemas socioambientais.

Muitas pesquisas ressaltam que a agroecologia herda algumas práticas tradicionais da agricultura familiar, especificamente as relacionadas ao conhecimento endêmico e à manutenção de técnicas, sementes crioulas e variedades de cultivo local. A literatura socioambiental apresenta diversos estudos de caso (ALTIERI; LETOURNEAU; DAVIS, 1983; PENEIREIRO, 1999; CAPORAL; COSTABEBER, 2006; DAROLT, 2005; DELGADO; STRAND, 2010). Esses autores trazem algumas experiências que situam a agroecologia no campo social empírico, definido por saberes que tornam possível o desenvolvimento de um mercado em expansão no Brasil (BLANC, 2009), dentro de amplo setor econômico identificado simbolicamente com os ideais ecológico, biológico e orgânico.

No Brasil, a organização social familiar em torno da produção agrícola sempre existiu em paralelo aos grandes ciclos agrícolas que caracterizam a história da economia nacional (fumo, cana, café, pecuária, soja). Porém, ao contrário da grande produção para o mercado internacional, a agricultura familiar passou a contar com apoio do Estado somente a partir do Programa Nacional de Política Fundiária, de 1982. Após significativos avanços, desde 2006 vigora a Lei nº 11.326, que caracteriza a Política Nacional de Agricultura Familiar, além de amplos programas nacionais agrupados sob o Ministério do Desenvolvimento Agrário, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Embora “a agricultura orgânica [seja] ainda pouco expressiva no Brasil, sua relevância é [...] crescente, seguindo tendência observada em outros países, em especial na Europa” (MAZZOLENI; NOGUEIRA, 2006, p. 263). A expansão do setor orgânico no país, segundo Julien Blanc (2009), é vista como uma alavanca para a emancipação social dos pequenos agricultores familiares, o que depende, em certa medida, do comprometimento de consumidores, pois,

à medida que a competição no mercado regional de orgânicos torna-se mais acirrada, o desenvolvimento de cadeias varejistas envolvendo consumidores 'comprometidos', junto a uma ampla integração de agricultores regionais em redes de militância orgânica, parece ser crucial. (p. 322, tradução nossa)

Com base em tais autores, constata-se que esse não é um mercado de fácil acesso à população, o que em parte explica o surgimento de grupos que buscam a sustentabilidade por meio de seu consumo.

Consumo sustentável

Consumo sustentável é a expressão utilizada para descrever uma atividade humana peculiar que se desenvolve em muitos âmbitos sociais. Trata-se de compras cotidianas que, em determinado momento, são acrescidas da escolha do consumidor, condicionada a partir de critérios socioambientais.

Para a compreensão de seu significado, portanto, primeiro se procura contextualizar o substantivo *consumo* e, depois, o adjetivo *sustentável*. Essa expressão é um binômio, assim como a noção de *desenvolvimento sustentável*; é uma expressão que carrega, em si, certa oposição de sentidos, algo como um oxímoro (VEIGA, 2005).

No referencial econômico neoclássico, entende-se por consumo a satisfação das necessidades humanas a partir da apropriação ou aquisição de bens, ou ainda por sua fruição, seja ela efêmera ou duradoura. Na economia dos bens de consumo, é desejável que se mantenha um alto fluxo de mercadorias, o que garante ao setor produtivo não entrar em recessão, mas manter-se sempre em crescimento, gerando riqueza e trabalho, e garantindo a estabilidade e o equilíbrio da economia (SOLOW, 1956). Contrasta-se com a abordagem econômica ecológica, que é dinâmica e sistêmica. "Tanto a ecologia como a economia apresentam

independentemente características de sistemas complexos" (COSTANZA et al., 1993, p. 545). Até quanto ou em que medida será necessário ainda explorar os recursos naturais para manter alto o fluxo de *inputs* do sistema produtivo objetivado pelo consumo exagerado de uns e o não consumo de muitos? Como a sociedade humana viverá dos dejetos de sua herança natural?

Em relação ao consumo sustentável, existe um esforço coordenado pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da agência para o meio ambiente (UNEP) e do departamento de assuntos socioeconômicos internacionais (UNDESA), que constituiu um "processo global de consultas e de elaboração de políticas de produção e consumo sustentável" (PORTILHO; RUSSO, 2008, p. 1), cujo objetivo foi:

Encorajar e promover o desenvolvimento de um projeto de dez anos de programas de apoio às iniciativas regionais e nacionais para acelerar a mudança para o consumo e a produção sustentáveis, e, assim, promover o desenvolvimento social e econômico dentro da capacidade de suporte dos ecossistemas, desvinculando, dessa maneira, crescimento econômico de degradação ambiental, por meio da busca por eficiência e sustentabilidade no uso dos recursos, bem como nos processos produtivos, reduzindo a degradação dos recursos, a poluição e o desperdício. (UNDESA; UNEP, 2007, tradução nossa)

Alguns conceitos aí expostos devem ser brevemente pontuados: a capacidade de suporte dos ecossistemas, que trata conceitualmente da resiliência (HOLLING, 2001; WALKER et al., 2004) dos sistemas naturais em coevolução (KALLIS; NORGAARD, 2010) com os sistemas socioeconômicos; e a eficiência, em relação à qual o setor produtivo autoproclamado sustentável é alvo de importante crítica construída por Joan Martínez-Alier (2007). No entanto, tais conceitos não serão a base

analítica deste trabalho. As categorias de análise selecionadas são as três dimensões da sustentabilidade: a ambiental, a social e a econômica (SACHS, 2002, 2004).

Trocas Verdes

Considerou-se como fonte primária de informações a reconstituição do histórico de atividades do *Troca Verdes* a partir da metodologia da observação participante (BRANDÃO, 1982, 1985). A observação participante teve a duração de 23 meses, entre os anos 2007 e 2008, e compreendeu o período de desenvolvimento inicial e de estabelecimento da prática do grupo. Nos primeiros meses, foram redigidos relatos e atas de reuniões regulares, o que constitui a fonte das informações utilizadas no breve histórico a seguir.

Algumas pessoas (entre elas, pesquisadores, extensionistas e comunicadores de Campinas e região) constituíram um grupo de estudos e práticas em agroecologia que começou suas atividades em novembro de 2006, com o objetivo de pensar o acesso à alimentação orgânica e a práticas de consumo consciente, uma motivação comum que inicialmente reuniu trinta pessoas. A autoidentificação como um grupo de consumo comprometido com a agricultura familiar de base agroecológica foi definida em pouco mais de um mês de encontros.

De forma ainda não sistematizada, começou uma troca de saberes e de experiências agroecológicas adquiridas em atividades de campo realizadas previamente em diversos contextos parecidos, junto a comunidades periurbanas e rurais de produtores agroecológicos de Campinas, Jaguariúna, Itatiba e Mococa. Algumas outras experiências agroecológicas, em localidades como Amparo (agroflorestas), Eldorado (quilombolas), Sumaré (assentamentos da reforma agrária) e Sul de Minas Gerais (agricultura familiar), foram tomadas como referência, embora não tenham sido incluídas na primeira fase de interlocução entre consumidores e produtores. A seleção das possíveis

parcerias foi feita pelos membros iniciais e foi baseada na viabilidade econômica, na condição social e no grau de responsabilidade ambiental das propriedades rurais contatadas.

Depois de um primeiro levantamento de produtores, iniciaram-se negociações sistemáticas entre o grupo de consumidores e os produtores selecionados, a fim de definir os produtos a serem comercializados, os preços a serem praticados e as condições de entrega. Os primeiros produtos comercializados foram hortaliças, frutos da estação, grãos e laticínios; posteriormente, a estes se somaram conservas e cosméticos.

As compras tiveram início com três produtores e, após um mês de atividades, incorporaram-se outros dois. Durante o primeiro ano, o volume de compras manteve-se em cerca de vinte pedidos semanais, o que mobilizou a soma de até dois mil reais mensais, quantia equivalente a 5,5 salários mínimos. Os pedidos eram feitos pelos consumidores diretamente aos agricultores, com periodicidade semanal. Tais produtos destinaram-se basicamente ao consumo doméstico dos grupos consumidores envolvidos, variando de famílias a indivíduos.

Cabe ressaltar a importância dessa interlocução direta. Segundo os produtores, sua maior dificuldade é chegar ao mercado, pois isso demanda grande esforço em logística e a distribuição acaba tornando-se uma onerosa parcela do negócio. Assim, existem grandes redes de *atravessadores*, grupos e empresas organizadas que adquirem os produtos agrícolas para o mercado varejista a preços-limite e revendem-nos às grandes redes de supermercados e a outros pontos do varejo com grande porcentagem de lucro. Os preços-limite são preços pelos quais os produtores têm uma margem de lucro muito pequena, o que faz com que sejam lesados na negociação, que nem sempre é vantajosa para os produtores, mas sempre o é para os distribuidores. A pequena margem de lucro deixa os produtores inseguros em relação a toda a complexidade que a atividade agrícola representa, como a compra de insumos, o cultivo das

hortaliças, os cuidados com as intempéries, o manejo dos recursos (como água, solo, sementes), ou, ainda, os constantes investimentos na propriedade e na produção. As vantagens comparativas da compra direta também são reais para os consumidores, como veremos adiante.

Logo nas primeiras compras, evidenciou-se falta de logística e de infraestrutura, o que demandou do grupo maior articulação e investimentos. A atividade adquire maior complexidade e, assim, desenvolvem-se novos métodos de tomada de decisões coletivas, baseados na autogestão participativa. Pela característica cooperativa do grupo, identificou-se a autogestão como o método mais eficaz de organização, capaz de manter o compromisso e a horizontalidade da gestão coletiva.

Com regularidade desde 2007, o coletivo *Trocas Verdes* promove semanalmente o encontro dos consumidores com os produtores para a partilha das compras, prática que se mantém com pequenas interrupções durante os meses de janeiro e fevereiro. O grupo é composto por uma rede de mais de trezentos consumidores participantes e nove produtores cadastrados.

As compras são mediadas por um *software online*¹ que reúne e processa os dados da oferta de produtos e da escolha de compras. Os dados da oferta são inseridos por voluntários do grupo, que se revezam na execução das compras. Os dados de pedidos são inseridos no sistema informático pelo consumidor, individualmente. O conjunto dos pedidos é processado pela ferramenta, que gera um pedido específico para cada produtor, com os produtos que este deve levar no dia especificado para a partilha. Segundo os participantes regulares, houve grande avanço logístico com a incorporação da tecnologia informática, que, ao automatizá-lo, tornou o processo mais eficiente.

A partilha de produtos já ocorreu em três lugares diferentes, em três momentos distintos do desenvolvimento da proposta. A variação justifica-se pelo aumento do volume de com-

pras e pela incorporação de encadeamentos culturais. Atualmente, a atividade tem sede no Céu Aberto, espaço cultural localizado no distrito de Barão Geraldo, em Campinas, um imóvel de propriedade privada cedido inteiramente para fins culturais, sendo também um espaço de gestão coletiva. A casa é equipada com ateliês, pátio, salão de vivências e salas de aula.

Os participantes do *Trocas Verdes* realizam visitas regulares aos produtores e mantêm com eles conversas semanais, nos momentos de negociação e entrega dos produtos. As visitas aos estabelecimentos dos produtores são também vivências que caracterizam significativos momentos de aprendizado e conscientização acerca do complexo contexto que envolve muitas etapas do processo produtivo, indo do planejamento à distribuição. Entende-se que a proposta do grupo assenta-se sobre um exercício de alteridade, no reconhecimento das diferentes funções que cada um desempenha na sociedade e, especificamente, na atividade econômica objeto deste estudo de caso.

A diferença é a primeira coisa que chama atenção na relação com o outro; é algo que deve ser negociado, de alguma maneira, pois identidade e diferença coexistem uma em função da outra (ARRUDA, 1999). Na pesquisa, identificou-se a alteridade em exercício pela reciprocidade entre as partes. Por reciprocidade entende-se o caráter cooperativo da prática, ou seja, quando um ganha, todos ganham, assim como quando um perde, todos perdem, pois não há a individualização do benefício final, que é compartilhado.

A identificação com a proposta é um fator determinante na participação de grande parte dos consumidores, que apontam ser esta uma condição para a sustentabilidade da iniciativa coletiva, assim como a manutenção de laços sociais de reciprocidade entre consumidores e produtores daí resultantes. A reciprocidade, segundo Jorge Villela (2001), diz respeito ao princípio da equivalência da dívida, do *dom* e do *contra-dom*, ou seja, à ideia de fazer ao outro o que se espera que façam a si. Tal relacionamento, portanto, baseia-se numa

1- O *software* é acessado mediante cadastro no sítio <www.trocasverdes.org>.

corresponsabilidade sobre a atividade, o que se expressa pela organização do trabalho voluntário conforme a lógica da dádiva (VILLELA, 2001; MANCE, 2008). Esses laços são próprios de atividades de caráter solidário (BORDENAVE, 1983), nas quais a participação efetiva dos membros é significativa. Segundo o autor, nesse tipo de participação, observa-se alto grau de democratização dos processos. Esse é o caráter da autogestão praticada pelo grupo.

As relações sociais identificadas são fundamentalmente diferentes daquelas registradas no consumismo massificado, sendo esta uma prática econômica caracterizada, muitas vezes, pela total alienação quanto aos processos produtivos e às consequências socioambientais inerentes ao consumo. O consumo massificado tende, portanto, a promover alienação do processo produtivo e comercial. A fetichização dos bens de consumo como itens de desejo, a partir do aporte publicitário, é talvez a maior responsável por tal alienação na sociedade, pois o signo que o objeto consumido representa torna-se mais importante do que seu valor de uso (MANCE, 2008). Existe um paradoxo nas sociedades ligadas ao fenômeno do consumismo massificado, que se encerra em haver, por um lado, um relativo despertar para a temática ambiental, e, por outro, um aumento no consumo de energia e recursos exauríveis (ESTER; SIMÕES; VINKEN, 2004). Tal paradoxo denota um incremento do consumo de bens no interior dessas sociedades, bem como seu não entendimento da natureza do problema ambiental.

Uma das questões fundamentais que agregam e mantêm o coletivo é o desafio de exercer um consumo mais consciente do contexto (produtivo, ecológico, social), promovendo sustentabilidade. Trata-se da questão relativa a como acessar os alimentos orgânicos sem entrar no jogo especulativo promovido pelas redes de distribuição e pelos pontos do varejo, pois é evidente a diferença de valores nas gôndolas dos supermercados, cujo incremento de preço associado ao produto orgânico não se reflete em benefício aos produtores, segundo esses

próprios. De acordo com técnicos e produtores que trabalham no setor de mercado orgânico, quando não é possível a rotulagem ou a logística necessária para a certificação, uma grande parte da produção, mesmo sendo orgânica, é vendida como *convencional* em mercados locais ou centralizados (CEASA-Campinas, CEAGESP-São Paulo). Isso acarreta prejuízo ao produtor, pois existe a perda do incremento de valor por falta de oportunidade de inserção no mercado específico ou por ausência de certificação oficial.

Comunidade aprendente

A frequência semanal das compras, além de reuniões periódicas, faz com que essa comunidade econômica também se caracterize por ser uma comunidade aprendente, que surge em um contexto de aprendizagem coletiva e desenvolve-se próximo do ideal da pedagogia proposta por Paulo Freire, uma pedagogia de caráter popular, emancipatório e que busca a autonomia das pessoas (FREIRE, 1996).

A educação é aqui entendida como o processo formal e não formal por meio do qual o sujeito apropria-se de sua cultura e constrói seus próprios sentidos e significados, podendo desenvolver sua autonomia de uma forma criativa e livre. Segundo Carlos Rodrigues Brandão (2003), a educação é muito mais que um processo formal de ensino ou um sistema centralizado de poder; ela existe livre entre as pessoas e torna comum aquilo que é comunitário como bem coletivo. Portanto, cada indivíduo deve ser sujeito de sua própria educação, e não ser apenas o objeto dela (FREIRE, 1984).

Segundo Freire (2007), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens [e as mulheres] se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (p. 79). O autor aí se refere à humanidade, embora utilize o substantivo masculino para reportar-se a ela. A mediatização pelo mundo leva indivíduos de um mesmo grupo social a desenvolverem-se entre si e em relação ao meio compartilhado, exercendo a alteridade para com seu semelhante e seu ambiente compartilhado.

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (FREIRE, 1996, p. 27)

No estudo de caso, o formando, sujeito do autor da citação, é interpretado como aqueles indivíduos imersos em um processo de autoformação a partir da experiência de trocas coletivas possibilitadas pela atividade econômica em que todos se reconhecem como semelhantes, ainda que também sob diferentes papéis, nascidos um em função do outro e sob o mesmo enredo. É possível descrever uma trajetória que, no decorrer do tempo, caracteriza um desenvolvimento de organismos e sistemas em coevolução, no sentido atribuído por Richard Norgaard (1984, 2004). Quando todos os atores sociais caminham juntos, devem fazê-lo seguindo o bem comum, porque, mesmo havendo hegemonia de um sobre o outro, o destino de ambos é o mesmo.

Uma comunidade é um

conjunto das relações sociais por via das quais se criam identidades coletivas de vizinhança, de região, de raça, de etnia, de religião, que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidades partilhadas passadas, presentes ou futuras. (SANTOS, 1994, p. 272)

Seus membros criam um espaço comum de experiências e compartilham-no entre si. As comunidades de aprendizagem também são, ou derivam de, comunidades de prática (GROSSMAN; WINEBURG, 2000), e seus membros identificam-se uns com os outros, do que decorre que o trabalho desenvolvido é negociado entre eles. As comunidades de prática criam, expandem e trocam conhecimentos so-

bre si, assim como desenvolvem suas capacidades individuais, pois “comunidades de prática que se fortalecem na medida em que estão abertas ao aprendizado contínuo caracterizam comunidades aprendentes” (GALLUCCI, 2003, p. 15, tradução nossa). Esse é um tipo de comunidade que reúne pessoas informalmente, por interesses comuns na aplicação prática do que é aprendido em conjunto (WENGER, 1998), sendo que elas compartilham responsabilidades no processo. Um coletivo constitui-se de indivíduos com histórias de vida diferentes e motivações diversas, que compartilham um interesse comum (HARDT; NEGRI, 2004). A ação que o coletivo desempenha depende desse interesse compartilhado. Seu impacto na sociedade, no entanto, depende de sua organização e coesão. Para caracterizar-se como uma comunidade de prática e aprendizagem, é necessário que a comunidade vá, ao longo do tempo, construindo uma identidade de grupo, definindo normas de interação, entendendo e aceitando as diferenças individuais e desenvolvendo, de forma negociada, a compreensão de que existe a responsabilização coletiva pelo crescimento individual.

Para ilustrar o conceito de comunidade aprendente, citamos o exemplo de contextos educacionais nos quais há uma abordagem cooperativa, como a pedagogia construtivista, também chamada de colaborativa ou sociointeracionista, que se desenvolveu a partir dos anos 1980. Esse tipo de aprendizagem baseia-se em estruturas pedagógicas aplicadas às disciplinas escolares, a partir das quais os alunos são levados a construir coletivamente as soluções para desafios comuns levantados em sala de aula. Segundo Spencer Kagan (1997), os alunos são levados a compartilhar ideias e saberes durante os trabalhos, estabelecendo um processo de diálogo cooperativo diferente do trabalho individual, que leva à competitividade dentro do grupo escolar. As estruturas também servem para evitar que trabalhos em grupo tornem-se apenas uma justaposição de parcelas individuais de um mesmo tema. Assim, tal processo estimula a

interatividade entre os membros da comunidade aprendente.

Comunidades que elegem democraticamente valores como o cooperativismo compartilham economias diferenciadas cujos princípios são pautados pela solidariedade, ainda que nelas coexistam mercados da economia capitalista. Os empreendimentos de natureza solidária, do tipo da economia cooperativa, não precisam competir com a economia convencional. Já se comprova atualmente, a partir da experiência de certos grupos no Brasil, que há alguns anos a economia solidária vem crescendo, desenvolvendo-se nos espaços onde o sistema econômico convencional (competitivo e individualista) apresenta falhas em prover economicamente as populações (MANCE, 2008).

Na experiência estudada, essa práxis caracteriza-se por uma educação ambiental crítica (LAYRARGUES, 2009; LOUREIRO, 2009), uma vez que se considera comprometida com a realidade plural – social e ambiental – da atividade econômica, que é pautada por uma comercialização direta com o objetivo de ser mais justa, pois colaborativa. A práxis é também balizada pela agroecologia, cujos processos produtivos foram citados anteriormente e contemplam o critério da responsabilidade ambiental.

Segundo produtores e pesquisadores, a competitividade do setor de orgânicos é grande, e alguns produtores têm dificuldades de permanecer no negócio sem voltar ao uso de insumos externos não ecológicos, como fertilizantes ou agrotóxicos (ALMEIDA et al., 2002). Produtores que voltam ao mercado convencional não são casos isolados, pois a viabilidade do empreendimento econômico é ainda um grande obstáculo à segurança de toda a articulação social em torno do consumo sustentável. Tal fato mostra a importância do comprometimento dos consumidores em desenvolver articulações solidárias para o estabelecimento desse nicho específico de mercado (BLANC, 2009), que é ainda pouco expressivo na economia nacional.

Constatou-se que a viabilidade econômica do empreendimento ainda é um quesito

deficitário, pois a parcela da produção vendida ao *Trocas Verdes* é ainda muito pequena para representar significativo fluxo de capital aos produtores envolvidos. No entanto, existem encadeamentos sistêmicos que fazem o número de consumidores aumentar e favorecem o surgimento de novos grupos em outras localidades. Registra-se o aumento da economia solidária em todo o mundo, especialmente no Brasil (BRASIL, 2005; SINGER, 2004), e, no futuro, a participação das vendas para grupos de consumo pode tornar-se um mercado mais atraente aos produtores agroecológicos. Não é objetivo do coletivo tornar-se algo maior que a gestão participativa e solidária possa dar conta, pois desenvolver uma estrutura burocrática ou empresarial, segundo os participantes, definitivamente não é o intuito da proposta.

Quanto à dimensão social, as trocas são realizadas com a premissa de que haja justiça nas relações. A convivência direta entre as partes da prática econômica no coletivo *Trocas Verdes* promove trocas comerciais alternativas justamente por se fundamentar no respeito entre as partes. Esse respeito reside na alteridade entre as diferenças negociadas. Como resultado, os preços são acertados com vista à realidade da produção agrícola, levando em consideração todas as variáveis envolvidas, como beneficiamento, distribuição, insumos, intempéries, mão de obra, sazonalidade, terceirização de serviços e variações de safra. Outro fator também levado em conta é o mercado, pois, em alguns casos, quando o preço resultante das variáveis é bem menor, os consumidores decidem elevá-lo, aumentando a margem de lucro do produtor sem prejuízos na venda final para nenhuma das partes.

A garantia da responsabilidade ambiental dá-se na escolha do perfil do produtor, que já deve ter optado pela transição agroecológica, ou mesmo nunca ter produzido com fertilizantes e agrotóxicos por outras razões. É dada preferência aos agricultores familiares em situações mais desfavoráveis, que precisem de um mercado consumidor para se estabele-

cerem na produção, desde que sejam obedecidos os princípios mencionados. No entanto, dificuldades logísticas como a falta de transporte, por exemplo, impedem que agricultores pobres em situações marginalizadas participem da venda. Durante o primeiro ano, algum recurso foi utilizado na viabilização da compra de bananas e mandiocas de um agricultor de uma área muito empobrecida de Campinas. Porém, o perfil majoritário dos produtores é de pequenos empresários rurais e cooperativas de pequenos produtores associados. Tais empreendimentos são praticantes do modelo orgânico de agricultura, independentemente de certificação. O critério de análise são as práticas consagradas como agroecológicas, que têm em comum menor dependência de fatores externos e utilização eficiente dos recursos endógenos (ALTIERI, 1989). Essa é uma garantia de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos apoiados.

Conclusão

O *Trocas Verdes* pratica uma atividade econômica diferente do consumo de massas de alto fluxo. O objetivo do consumo ainda é o mesmo – a fruição normal da utilidade do

bem ou serviço adquirido –, mas também se acrescentam duas outras finalidades: praticar o consumo consciente e um comércio justo. Esse é um objetivo expandido, justificado pelo interesse ético e profissional na produção agroecológica verificado nos consumidores durante a observação participante. Procura-se chegar a um comércio justo durante os acordos de preços, que são definidos conjuntamente entre as partes com base no mercado e nas circunstâncias de produção. As variáveis físicas, sociais e econômicas que condicionam as cadeias produtivas influenciam no preço final. Tais dinâmicas são objeto de aprendizado dos consumidores e pesquisadores envolvidos nas compras e conclui-se que uma prática com essas características promove o consumo sustentável.

A autogestão para o consumo coletivo agroecológico, como proposta emancipatória e pedagógica, é uma prática econômica sustentável, pois se organiza para ser economicamente vantajosa tanto aos fornecedores, quanto ao grupo de consumo. Além disso, ela também preza pela responsabilidade ambiental e pela justiça nas relações socioeconômicas. Constata-se, por fim, o fator educativo do arranjo econômico, que exige certos conhecimentos para exercer a crítica ao modelo de consumo convencional.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. A dualização como caminho para a agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, v. 24, n. especial, p. 157-182, 1994.
- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. São Paulo: Campus, 2003. p. 20-26.
- ALMEIDA, Jalcione. Agroecologia: nova ciência, alternativa técnico-produtiva ou movimento social? In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 88-101.
- ALMEIDA, Rogério de Araújo et al. Desenvolvimento e avaliação de uma semeadora adubadora à tração animal. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 81-87, 2002.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- _____. Linking ecologists and traditional farmers in the search for sustainable agriculture. **Frontiers in Ecology and the Environment**, v. 2, n. 1, p. 35-42, 2004.
- ALTIERI, Miguel; LETOURNEAU, Deborah; DAVIS, James. Agroecology. **BioScience**, vol. 33, n. 1, p. 45-49, 1983.
- ARRUDA, Angela (Org.). **Repensando a alteridade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- ASSIS, Renato. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006.
- BLANC, Julien. Family farmers and major retail chains in the Brazilian organic sector: Assessing new development pathways. A case study in a peri-urban district of São Paulo. **Journal of Rural Studies**, n. 25, 2009.
- BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **A pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. **A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa na educação**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. **Avaliação das políticas públicas de economia solidária**. Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 1, n. 1, p. 87-90, 2006.
- CARVALHO, Isabel C. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- COSTANZA, Robert et al. Modeling complex ecological economic systems. **BioScience**, v. 43, n. 8, p. 545-555, 1993.
- DAROLT, Moacir Roberto. Desenvolvimento rural e consumo de produtos orgânicos. In: ARAÚJO, João B. S.; FONSECA, Maria Fernanda. (Orgs.). **Agroecologia e agricultura orgânica**. Campinas: CONSEPA, 2005. p. 11-30.
- DELGADO, Ana; STRAND, Roger. Looking north and south: ideals and realities of inclusive environmental governance. **Geoforum**, n. 41, p. 144-153, 2010.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

ESTER, Peter; SIMÕES, Solange; VINKEN, Henk. Cultural change and environmentalism: a crossnational approach of mass publics and decision makers. **Ambiente & Sociedade**, v. VII, n. 2, 2004.

FARIA, Maurício S.; DAGNINO, Renato; NOVAES, Henrique T. Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 123 -131, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GALLUCCI, Chrysan. **Theorizing about responses to reform: the role of communities of practice in teacher learning**. An Occasional Paper, Center for the Study of Teaching and Policy, Washington University, 2003.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecology: ecological process in sustainable agriculture**. Ann Arbor: Ann Arbor Press, 1998.

GROSSMAN, Pamela.; WINEBURG, Samuel. **What makes teacher community different from a gathering of teachers?** An Occasional Paper, Center for the Study of Teaching and Policy and Center on English Learning & Achievement, Washington University, 2000.

HOLLING, C. S. Understanding the complexity of economic, ecological, and social systems. **Ecosystems**, vol. 4, n. 5, p. 390-405, 2001.

KAGAN, Spencer. **Cooperative learning**. San Clemente, CA: Kagan Cooperative Learning, 1997.

KALLIS, Giorgios; NORGAARD, Richard. Coevolutionary economics. **Ecological Economics**, v. 69, n. 4, p. 690-699, 2010.

LAYRARGUES, Philippe P. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. et al. (Orgs.). **Repensar a educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 11-32.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2009.

MACEDO, Roberto. **Etnopesquisa crítica: etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber Livro, 2006.

MANCE, Euclides André. **Conexão Solidarius: as fendas sistêmicas do capitalismo e sua superação sistêmica**. Passo Fundo: IFIL, 2008.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **El ecologismo de los pobres: conflictos ambientales y lenguajes de valoración**. Barcelona: Icaria, 2005.

MAZZOLENI, Eduardo Mello; NOGUEIRA, Jorge Madeira. **Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor**. RER, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 263-293, 2006.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006

NORGAARD, Richard. Coevolutionary development potential. **Land Economics**, v. 60, n. 2, p. 160-173, 1984.

_____. Learning and knowing collectively. **Ecological Economics**, v. 49, n. 2, p. 231-241, 2004.

PENEIREIRO, Fabiana Mongeli. **Sistemas agroflorestais dirigidos pela sucessão natural: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1999.

PORTILHO, Fátima; RUSSO, Fátima Ferreira. Processo Marrakech: o consumo sustentável visto pelos organismos internacionais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008. **Anais...** Brasília, 2008.

- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- _____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- SINGER, Paul. **A economia solidária no governo federal**. IPEA, Mercado de Trabalho, n. 24, p. 3-5, p. 2004.
- SOLOW, Robert. A contribution to the theory of economic growth. **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, n. 70, 1956.
- UNDESA; UNEP. **Marrakech Process on sustainable consumption and production: project brief**. 2007. Disponível em: <<http://www.unep.fr/scp/marrakech/pdf/MP%20Flyer%2019.02.10%20Final.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2011.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. São Paulo: Garamond, 2005.
- VILLELA, Jorge. A dívida e a diferença: reflexões a respeito da reciprocidade. **Revista Antropologia**, v. 44, n. 1, p. 185-220, 2001.
- WALKER, Brian et al. Resilience, adaptability and transformability in social-ecological systems. **Ecology and Society**, n. 9, 2004.
- WENGER, Etienne. Communities of practice: learning as a social system. **Systems Thinker**, v. 9, n. 5, 1998.

Recebido em: 02.02.2011

Aprovado em: 10.05.2011

Fernando Passos dos Santos é mestrando em Desenvolvimento Sustentável na Universidade de Brasília e graduado em Artes pela Universidade Estadual de Campinas.

Leila Chalub-Martins é doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas, professora adjunta da Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável e Faculdade de Educação. É diretora do Laboratório da Complexidade e coordenadora do Observatório da Juventude da UnB. E-mail: chalub@unb.br.